

**DEZ OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA
DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS (1)**

Antonio Carolino Gonçalves

R E S U M O

Faz observações sobre a situação demográfica dos países subdesenvolvidos, cujos problemas devem encontrar solução baseada na sua própria realidade histórica, econômica, social e política.

A diversidade das estruturas, o ritmo diferente de crescimento, a formação desordenada dos aglomerados urbanos (com o conseqüente esvaziamento das zonas de produção agrícola), a interrelação dos problemas demográficos com outros componentes do nível de vida das populações, tudo isto deve conduzir a um planejamento demográfico diferente para os países em vias de desenvolvimento.

[1] Comentários à margem da conferência do Prof. Henrique Levy (dos cursos de Mestrado em Sociologia e História da UFPE), proferida na reunião de setembro de 1978, do Seminário de Tropicologia, sobre o tema "O Mundo Tropical, sob o Ponto de Vista Demográfico".

Nada justifica a imposição de programas elaborados por países desenvolvidos, que se resumem, em grande parte, à implantação maciça de medidas de redução da natalidade.

É preciso, ao contrário, que estudos especiais sejam realizados para a definição de uma política nacional de população que leve os países subdesenvolvidos a melhores níveis de desenvolvimento econômico e social.

* * *

1. As populações das regiões tropicais, ou a elas assemelhadas, vêm tendo, presentemente, via de regra, algumas características comuns:

- a) **estrutura muito jovem** revelada pela proporção muito elevada nas faixas de idade de 0 - 20 anos (infância e adolescência) e uma proporção muito baixa nas faixas de idade de 60 ou mais anos (velhice);
- b) **crescimento rápido**, consequência natural da redução sensível, neste século, das taxas de mortalidade e da permanência praticamente intacta da taxa de natalidade;
- c) **predominância rural** reduzida, em países como o Brasil, pelos movimentos migratórios internos que agravam a distribuição espacial das populações, conduzindo a efeitos indesejados.

As previsões sobre o desenvolvimento das populações dos países tropicais têm preocupado, seriamente, os responsáveis pelos respectivos governos, embora se saiba que aquelas previsões — como a experiência internacional tem demonstrado em relação a países desenvolvidos — estão su-

jeitas à ação de fatores imprevisíveis e, conseqüentemente, a uma série de condicionantes e estimadas à base de hipóteses de taxas médias anuais de incremento demográfico.

A ausência de dados compatíveis e de pesquisas fidedignas tem impedido, ou dificultado, o conhecimento e a determinação das sensíveis diferenças de crescimento havidas nas diversas regiões tropicais, das quais poucas têm a tradição de levantamentos regulares de sua população.

Não devemos, pois, dar exagerada confiança às previsões a longo termo que, em muitos casos, se vêm revelando imprecisas, pois, além do número de pessoas existentes através de séries temporais, por vezes fragmentárias e incertas, é necessário o conhecimento de outros dados específicos que teriam de ser considerados: as taxas de natalidade, de migrações e de mortalidade; sem deixar, é claro, o estudo dos problemas demográficos de envolver outros enfoques: o econômico, o social, o ecológico, o genético, o político, etc, os quais podem alterar, profundamente, o perfil histórico populacional de diferentes regiões.

2. É sabido — respeitadas as diversas teorias já levantadas para explicar os aspectos dinâmicos das populações hoje e nos séculos XVIII e XIX — que o crescimento demográfico, nos últimos 200 anos, depois de uma fase de crescimento acelerado, tende à estagnação e, até, ao declínio.

A aceleração se explicou pela acentuada baixa da mortalidade, enquanto a natalidade, embora com tendência secular decrescente, se conserva em altas taxas, produzindo, como uma das características demográficas, uma estrutura etária muito jovem e, pela mesma razão, uma alta taxa de dependência.

Aquelas fases não ocorreram, simultânea nem regularmente, em todas as partes do mundo; aconteceram, ontem, diferentemente, em países desenvolvidos; estão acontecendo hoje e acontecerão amanhã, nos países tropicais, segundo as mais variadas condições humanas e ambientais, pois os fenômenos humanos não têm a exatidão dos fenômenos físicos ou químicos, nem os seus resultados podem ser quantificados com a mesma precisão.

O Professor Henrique Levy nos recorda, que “a História, de um modo geral, e a Demografia Histórica, em particular, vêm demonstrando que não se pode universalizar os estágios da evolução demográfica, sequer para toda a Europa”.

As diferenças no comportamento do fenômeno entre diversos países dicotomizados entre industrializados e não-industrializados e entre os próprios países industrializados — assinaladas e descritas pelo Professor Henrique Levy, como por exemplo, entre outras, os níveis de fecundidade antes do declínio, as migrações internacionais, as taxas de crescimento das populações, as oportunidades de mobilidade ocupacional e espacial, a universalização da educação, os métodos de controle, as mudanças nos costumes matrimoniais — não invalidam a afirmativa de que o mundo tropical, em níveis de intensidade diferentes, em diversas situações de tempo e de espaço, teria experimentado, na primeira metade deste século, um acelerado aumento populacional, a que se vem seguindo, já notado em várias áreas, um declínio das taxas de crescimento — fruto principalmente da redução das taxas de natalidade, ao lado da permanência das taxas de mortalidade, hoje já mais difíceis de reduzir.

A taxa de natalidade continua a sofrer sensível diminuição, enquanto a taxa de mortalidade tende a estabilizar-

se; em algumas áreas tropicais a taxa de mortalidade se equipara às de países desenvolvidos; isto se verifica dentro de um mesmo País, Região, Estado ou Município, sendo expressivos, também, os resultados quanto à mortalidade infantil.

3. A média do crescimento da população, em todo o mundo, na década 1930/39, foi de 11/1000 habitantes; no período 1955/59, a média estimada foi de 18/1000 e, para o período 1960/64, 21/1000; assim a média anual de aumento da população se elevou de 1,1% para 2,1%, em pouco mais de 30 anos.

É freqüentemente lembrada a seguinte e realmente inquietante estimativa: “18 séculos passaram-se para que o mundo chegasse a 1 bilhão de habitantes; 1 século para chegar ao 2.º bilhão; 30 anos para elevar-se ao 3.º bilhão; e, apenas, 15 anos para chegar ao 4.º bilhão”.

Nos países da Europa Ocidental, tomados como referência — mesmo devastados por duas grandes guerras que alteraram, profundamente, a fisionomia populacional de várias regiões — a população cresceu moderadamente no século XVIII, diminuindo o ritmo de crescimento no século XIX e chegando a quase estagnação completa nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX; isto, de modo geral, de-vez-que as modificações das diversas populações variaram de intensidade.

Se não fosse a forte imigração, as perdas sofridas nas duas grandes guerras — particularmente pela França, Alemanha e Inglaterra — não teriam sido compensadas nem produzido um novo ritmo de crescimento regional.

Desde o século passado, opera-se, em todos aqueles países, uma transição demográfica, uma redução sensível do

tamanho das famílias em todos os grupos sócio-econômicos; dados atuais, para aqueles países e outros da Europa Ocidental, confirmariam a mesma tendência, não obstante a limitação das famílias haver sofrido uma pequena reversão de tendência a partir da 2.^a Guerra Mundial.

Nos países africanos, tomados como referência os de mais de 20 milhões de habitantes — Nigéria, Egito, Etiópia, África do Sul e Zaire, na ordem — que representam 45% da população total do continente, a baixa da natalidade já vem ocorrendo sensivelmente, fazendo prever as tendências já observadas em outras partes.

Na América Latina, o problema ainda se apresenta diferentemente; o crescimento da população da América Latina vem sendo estimado a taxas crescentes de natalidade desde o século XVIII.

TABELA 1

**Taxas médias de incremento demográfico
anual na América Latina — 1750/1970**

Períodos	Taxa anual (%)
1750 — 1799	0,8
1800 — 1849	0,9
1850 — 1899	1,3
1900 — 1939	1,9
1940 — 1949	2,3
1950 — 1959	2,7
1960 — 1969	2,8

As estimativas da população para a América Latina dão, para os períodos 1920/50 a 1950/80, percentuais de aumento variando de 77% a 152%.

TABELA 2

**População recenseada e estimada da América Latina
1920 / 1980**

Áreas	População (milhão)			Aumento (%)	
	1920	1950	1980 (1)	1920/50	1950/80
México	14,5	25,7	64,4	77,0	152,0
A. Central	4,7	8,9	21,5	90,0	143,0
A. Sul (ex. Brasil)	32,9	58,2	125,5	77,0	115,0
Brasil	27,4	52,0	113,4	90,0	118,0

(1) Estimativa

Durante a 1.^a metade do século XX, nações latino-europeias — Portugal, Espanha, França e Itália — cresceram a menos de 1% ao ano, enquanto as nações latino-americanas cresceram, em média, a taxa de 2,7 ao ano; das nações latino-americanas 4 tiveram um crescimento abaixo de 2%; 9 um crescimento entre 2 — 2,9% e 7 um crescimento acima de 3,0%.

O fenômeno se repetiu em áreas da Ásia, como na Índia, onde as estimativas são feitas a uma taxa oscilando de 0,0% a 2,0%, nos períodos de 1870/79 a 1950/59.

TABELA 3

**Taxas médias de incremento demográfico anual,
na Índia — 1870 / 1960**

Períodos	Taxa anual (%)
1870 — 1879	0,1
1880 — 1889	0,9
1890 — 1899	0,3
1900 — 1909	0,6
1910 — 1919	0,0
1920 — 1929	1,1
1930 — 1939	1,3
1940 — 1949	1,3
1950 — 1959	2,0

As taxas anuais de crescimento para o período 1961/65, em alguns outros países asiáticos, foram as registradas abaixo:

Filipinas — 3,2% ; Malásia e Tailândia 2,8% ; Indonésia — 2,7% ; Coreia do Sul — 2,0% ; Formosa — 1,9% ; Singapura — 1,8% ; Hong-Kong — 1,4% ; algumas taxas revelam o novo ritmo de crescimento a que já conduziram os programas de limitação da natalidade, as quais hoje serão, por certo, mais reduzidas.

Lá, como na América Latina e na África, as taxas anuais de crescimento tendem a ser desaceleradas desde as últimas décadas, em consequência da intensificação dos programas de controle da população.

4. O que inquieta os técnicos das nações ricas e poderosas — e os leva a pensar na nossa sorte — é a perspectiva de que, no ano 2.000, 4/5 da população mundial estarão morando na Ásia, na África e na América Latina; na América do Norte e na Europa, incluindo a União Soviética, estará morando, apenas 1/5 da população mundial; apenas 3 das atuais nações desenvolvidas estarão incluídas entre as 10 mais populosas nações do mundo: União Soviética, Estados Unidos e Japão.

O crescimento da população em países em desenvolvimento se ajusta, a grosso modo, aos padrões dos séculos XVIII e XIX verificados na Europa Ocidental; adota-se, presentemente, nesses países o conceito de que o crescimento da população ajudará o crescimento das regiões até então à margem da economia.

As condições são diferentes mas as dificuldades existentes — requerendo maior tempo e maiores inversões

para vencê-las — não devem impedir que os países em desenvolvimento aspirem — ou sonhem — em ascender à classe dos países desenvolvidos.

Parece conveniente, a propósito, notar que pesquisa efetuada pela ONU estimou que 173 países — cujas populações correspondem a 67% da população mundial — consideraram o respectivo crescimento demográfico apenas satisfatório ou abaixo das suas necessidades; e que outros 50 países — representando os 33% restantes — o consideraram excessivo.

Outra pesquisa revelaria que “governos, representando 81% da população do 3.º Mundo, recentemente declararam que as taxas de crescimento de suas populações eram demasiadas”.

Uma prova de como é difícil às vezes comparar estatísticas de procedências diversas, pois, como escreveram Wallis e Roberts, “a coisa mais importante a saber acerca de interpretação dos dados estatísticos é que eles devem ser interpretados”.

5. No Brasil, além de características comuns a outros países, o crescimento deslimitado das aglomerações urbanas tem sido uma das distorções do nosso problema demográfico, com duas graves repercussões negativas:

- a) o esvaziamento das áreas de produção dos seus elementos mais capazes e o desenraizamento das populações, com a desestabilização da ordem social no campo; e
- b) o exercício de uma pressão sobre as médias e grandes cidades, com o comprometimento dos

seus serviços administrativos — educação, saúde, habitação, água e esgotos, emprego, segurança, etc — de vez que não têm estrutura capaz de absorver os excedentes rurais que chegam a cada ano.

Ao se transformar um país em área de população predominantemente urbana, há a considerar a ocorrência, já verificada em algumas regiões, de as taxas de mortalidade urbana, nas comunidades industrializadas e com aglomerações vultosas, serem mais elevadas do que as de mortalidade rural — exatamente o contrário do que acontece nos países em desenvolvimento.

São essas as razões já apuradas em pesquisas de saúde pública:

- a) maiores facilidades de contágio, pela proximidade dos contatos;
- b) acumulação de poluições múltiplas, provocando complicações respiratórias, auditivas, alimentares, etc;
- c) maiores populações de roedores, prejudicando a saúde humana;
- d) atividades muito sedentárias, de um lado, e muito agitadas, de outro;
- e) condições desfavoráveis de alimentação, habitação, etc.

Tudo isto não obstante a presença de outras condições na realidade favoráveis: o fácil acesso às instituições de assistência médico-social e o melhor equipamento sanitário.

No Brasil o campo está acelerando a expulsão das suas populações, pela insensibilidade e dureza dos proprietários rurais em não atender aos reclamos pacíficos — até quando? — de uma reforma agrária.

Na verdade a situação econômica dos campos e a criação e localização de novas áreas industriais se constituem em causas de perturbação da distribuição espacial da população, provocando a implantação desordenada de vultuosos contingentes rurais em médias e grandes cidades.

A reforma agrária não seria, apenas, “uma discutível porém possível forma de organização para responder às necessidades de crescimento da população”, a que se refere o Prof. Henrique Levy.

6. Facilmente as pessoas responsabilizam o aumento da população por muitos problemas sociais e econômicos; vagas nas escolas e nos hospitais, desemprego, poluição, congestionamento do tráfego, favelas urbanas, etc, são problemas cujo agravamento é tão somente atribuído ao crescimento demográfico.

Mas os problemas de população devem ser da competência de cada governo que não pode esquecer as relações existentes entre os fatores demográficos e sociais que interferem no desenvolvimento econômico e social.

Os planos de controle da natalidade, imaginados pelas nações ricas para as nações tropicais, não devem ser aplicados irrestritamente, mas submetidos às conveniências sócio-econômicas de cada país que decidirá sobre a sua específica política demográfica.

O sucesso em um país de estrutura demográfica diferente não anima a transferir aqueles planos para outros

países; a baixa rápida da natalidade pode ser um sucesso, no presente, dos programas de limitação de nascimentos, mas, a médio e longo prazo, poderá ter danosas repercussões, sem assegurar a “melhoria do nível de vida” ou a “qualidade da vida” que são os objetivos de que falam os planos de política demográfica.

As modificações na estrutura das populações somente serão sentidas após o ano 2.000, quando começarão a ser medidas as reduções nos efetivos dos grupos etários mais jovens, graficamente observáveis nas respectivas pirâmides demográficas.

Os países latino-americanos, bem como os asiáticos e africanos, devem ter cautelas na aceitação desses planos de assistência estrangeira, pois essa assistência é acompanhada, quase sempre, de pressões de caráter econômico, colocando o planejamento familiar como uma alternativa para o desenvolvimento; quando, na realidade, pode ser uma parte — importante, sem dúvida — dos programas globais de desenvolvimento.

Os países tropicais devem adotar os planos que se ajustem ao seu contexto social e econômico, pois mudanças econômicas estruturais podem conduzir a altas taxas de desenvolvimento.

O que parece faltar aos países tropicais, como o Brasil, de longa extensão territorial, com largos espaços vazios, é uma política nacional de povoamento que complete e corrija os planos nacionais de desenvolvimento — os famosos PND — e que vise, antes de tudo, a modernização e a vitalização — quase diria humanização — do sistema econômico. Aliás, em muitos planos de desenvolvimento econômico estão implícitas políticas oficiais de redução da população.

O que estaria faltando, talvez, fosse um gerente para as nações tropicais subdesenvolvidas, aproveitando a lembrança, feita pelo Prof. Henrique Levy, do aforisma atribuído a Peter Drucker de que “não existem países subdesenvolvidos, mas tão somente países subgerenciados”.

Não se necessita, apenas, é claro, de uma simples expansão da fronteira agrícola ou uma migração desordenada e eventual, mas de um povoamento adequado e organizado, integrando-se planejamento físico e planejamento social, incluindo-se aí o planejamento da redistribuição e uso da terra.

7. Não se deve pensar, apenas, em diminuir o crescimento demográfico, mas também em estudar e perseguir novas fontes de alimentação cujas áreas de produção em todo o mundo tropical — e, particularmente, em países como o nosso — estão longe de ser plenamente exploradas e, muito menos, de estar em fase de saturação.

Já peritos da UNESCO, estudando o futuro do mundo, concluíram que ele depende, inclusive no tocante ao aspecto demográfico, da fundação de uma nova ordem econômica internacional, tendo sido fixadas, no estudo, três prioridades:

- a) a vitória sobre a fome, por um esforço de desenvolvimento rural integrado;
- b) a descoberta e a utilização de novas fontes de energia;
- c) a elaboração de uma nova estratégia de localização industrial, destinada a dotar os países mais pobres de uma produção manufatureira.

O sucesso estaria assim ligado à política agrícola e ao desenvolvimento tecnológico.

Um estudo feito na Argentina estimou que 8% dos graduados em Ciências emigram para os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Suíça; em período centrado em 1971, um total de 41.000 profissionais deixou aquele país, para estabelecer-se no estrangeiro.

O êxodo desses profissionais, constituindo uma perda importante para os países de origem, reduz a possibilidade de sua renovação tecnológica, refletindo esse fenômeno um outro sério problema dos países em desenvolvimento: o da produção de diplomados em número muito maior do que pode absorver a sua economia.

O nosso problema demográfico é, antes de tudo, um problema econômico, de reorganização da vida econômica nacional — notadamente na área da produção — com vistas à formação de mão-de-obra e a uma política de emprego, que integre, na sociedade nacional, os milhões de marginalizados.

Os efetivos demográficos — com as suas características de densidade, estrutura etária e profissional, nível de instrução, etc, — estão interrelacionados com outros componentes do nível de vida — saúde, alimentação e nutrição, salários e preços, mercado e condições de trabalho, ordenação e repartição da produção, habitação, seguro social, etc, — que são valiosos indicadores da organização econômico-social.

8. Os economistas defendem que uma baixa fecundidade, deve preceder o desenvolvimento econômico; entretanto, isto nem sempre é verdadeiro, pois estudo recente em 12 países pouco desenvolvidos — 7 na América Latina, 2 na

África e 3 na Ásia — revelou que esses países passaram de uma fecundidade alta para uma fecundidade baixa, sem que o seu atraso econômico fosse atenuado com a melhoria dos indicadores sociais do padrão de vida ou a correção da má distribuição da renda, o mesmo se tendo verificado em países da Europa Meridional.

O problema maior está na desigualdade entre as nações, que impede a boa utilização dos recursos em benefício da maioria, pois há, na realidade, um enorme potencial produtivo ainda disponível, em futuro próximo, para atender à alimentação e outras necessidades das novas populações.

Um exemplo: a ajuda econômica que os EE. UU. — um dos povos ricos que afirmam haver dirigido, em conjunto, 75% de sua ajuda econômica às nações pobres — concediam em décadas passadas, a alguns países da Ásia e da América Latina, atingiu a muitos bilhões de dólares, sem que se tivesse modificado, sensivelmente, a qualidade de vida das populações beneficiadas.

A improdutividade da ajuda econômica tem sido atribuída, tão só, numa simplificação excessiva, ao crescimento das populações, sem que outros fatores sociais de importância — fatores familiares, pessoais, de comportamento, organizacionais, econômicos e de comunicação — sejam identificados ou associados nas pesquisas realizadas.

O problema básico seria o problema da alimentação: os suprimentos alimentares estariam crescendo a uma média de 1% ao ano, enquanto a população estaria se elevando à taxa superior de 1,8% ao ano.

Isto levaria a Comissão de Agricultura do Congresso dos EE. UU. a estimar que só a fome, presentemente, seria

responsável pela morte de mais de 4.000.000 de pessoas, por ano, como causa mortis imediata, sem falar naqueles óbitos atribuíveis à fome, como causa antecedente ou contributória ou como estado mórbido anterior.

A média de alimentos por indivíduo cairia, no futuro, a níveis correspondentes à fome absoluta, produzindo as carências alimentares danos irreversíveis sobre o desenvolvimento físico e mental das novas gerações afetadas, desde o nascimento até a idade adulta, pela desnutrição grave.

Os níveis estimados poderiam ser assim indicados:

TABELA 4

**Estimativas de população e de calorias
pessoa/dia — 1970 / 2.000**

Anos	População (bilhão)	Calorias (bilhão)	Caloria pessoa/dia
1970	3,6	7.357	2.045
1975	4,0	7.732	1.935
1980	4,5	8.126	1.810
1985	5,1	8.540	1.675
1990	5,7	8.977	1.575
1995	6,6	9.435	1.430
2000	7,4	9.916	1.340

Embora o cálculo das calorias por pessoa/dia seja pouco expressivo, de vez que deveria ter sido adotado o cálculo das calorias por unidade de consumo/dia, fazendo-se a redução dos efetivos demográficos à unidade-padrão de consumo, mesmo assim não estaria levando em conta os recursos da tecnologia agrícola e industrial que fariam aumentar a

produtividade das áreas de produção e aproveitar outras áreas até então à margem da economia.

A queda crônica dos preços mundiais da maior parte dos produtos agrícolas dos países tropicais, que se repete a cada ciclo econômico e que desorganiza a vida econômica desses países, avilta os níveis de abastecimento e cria novos óbices à solução dos problemas de má nutrição e subnutrição.

É estranho, entretanto, que os países ricos se tenham sensibilizado pela sorte dos países economicamente mais fracos e tenham posto em execução planos para reduzir ou estancar a sua expansão demográfica, fazendo acreditar nas ameaças que a maior população dos países pobres faria desabar sobre o mundo, se esses não se engajassem na política de aceleração das medidas restritivas de população. Como se o mundo não devesse suportar os 2/3 de povos pobres, cuja exploração assegurou a vida de 1/3 de povos ricos.

9. Os países ricos formaram, através de fundações poderosas, organizações privadas de fins não-lucrativos para promover e impor programas demográficos em países, como o nosso, nas fases iniciais de desenvolvimento.

Ninguém é partidário de um crescimento populacional sem limites, que derrote o progresso social e econômico e possa levar algumas partes do mundo tropical à desintegração econômica, social e política, mas, também, não tem sentido, em países de áreas imensas praticamente desertas, um crescimento nulo.

Se é difícil ou impossível manter, com recursos limitados, uma região de crescimento demográfico incontrolado, também não é lógico impor-se uma limitação de nascimentos que impeça a exploração de terras até hoje inproveitadas.

As imposições políticas ou econômicas são inaceitáveis, pois uma taxa de crescimento populacional nula, ou em nível extremamente reduzido, traria perturbações profundas e de longa duração, na estrutura etária da população de países como o nosso.

No tempo da Aliança para o Progresso, o seu Coordenador Geral, em Washington, costumava dizer que “os latino-americanos eram capazes no uso de estatísticas de rápido crescimento da população para justificar os seus projetos de auxílio para escolas, habitações, estradas, etc, mas ignoravam a necessidade de manejá-las em benefício do bem-estar social”.

Não necessita de os governos oficializarem campanhas de redução indiscriminada da natalidade, através da distribuição maciça de contraceptivos, pois a baixa da natalidade se fará, naturalmente, produzindo, ao final, um certo envelhecimento da população, o que é favorável a uma melhoria nas condições econômicas e sociais da vida; para isso vem contribuindo a difusão dos meios de comunicação de massa, que facilita a rápida penetração, nos mais diversos segmentos da sociedade, dos métodos anticoncepcionais.

As mudanças consideráveis que houve no comportamento; a modificação dos valores morais e religiosos; as novas convenções morais e sociais; a utilização crescente dos meios contraceptivos; a maior independência da mulher; as dificuldades da situação econômica; os temores pelo futuro; a tolerância do aborto; a insuficiência das receitas familiares; todas essas, além de outras, são razões para explicar as quedas recentes da natalidade cuja tendência secular é decrescente.

Todos os controles da natalidade — os tradicionais e os meios contraceptivos mais modernos — devem ser postos

à disposição dos cônjuges, para a sua escolha, aceitação e prática, com a maior liberdade; só os casais têm o direito de decidir, numa tomada de consciência, quanto ao planejamento de suas famílias e determinar o número dos seus filhos.

Intolerável seria a intromissão do governo, fazendo depender, por exemplo, a distribuição de alimentos e de merendas escolares ou o atendimento regular nos Postos de Saúde, do recebimento e uso de contraceptivos ou da prática de operações mutiladoras; seria muitas vezes pior se procedente de governos estrangeiros, fazendo depender, a concessão de empréstimos ou de créditos para o desenvolvimento, da adoção de política de limitação da natalidade elaborada e dirigida por entidades internacionais.

Que um programa tão belo quanto o da prevenção da gravidez de alto risco — que não é original, mas já adotado em outros países, com o mesmo nome — não mascare uma campanha de limitação da natalidade.

A prevenção de uma gravidez de alto risco constitui um ato de previdência, registrando um notável progresso na luta contra a mortalidade pré-natal ou evitando nascidos vivos em más condições de sobrevivência.

10. Em resumo a nossa posição é a seguinte:

- a) os países desenvolvidos somente deverão exportar a sua assistência no tocante aos problemas de população, se solicitados pelos governos dos países subdesenvolvidos;
- b) os governos dos países tropicais não devem ser pressionados para adotar políticas de redução da população, sob pena de não lhes ser prestada assistência técnica ou financeira;

- c) qualquer programa de limitação da natalidade deve ser associado às condições particulares de cada país;
- d) as populações devem ser informadas, amplamente, de maneira educativa, da variedade dos contraceptivos e dos métodos aceitáveis segundo as diversas crenças religiosas, costumes sociais, recursos econômicos, etc;
- e) o planejamento familiar começa no lar, devendo haver total liberdade dos cônjuges em aceitá-lo, ou não, e não podendo os governos forçar um determinado comportamento em questão tão delicada;
- f) os programas oficiais de limitação da natalidade não devem merecer especial destaque nos planos administrativos governamentais, pois há uma série de problemas ainda não resolvidos e que se resumem na integração à vida nacional, em bases mínimas e humanas, de milhões de patrícios que, alguns economistas, com desprezo, já chamaram de "párias".

Nestas condições, a necessidade de uma série de estudos se imporia aos países tropicais para conhecimento amplo dos problemas ligados à população dos diversos países e regiões, com análise das múltiplas variáveis interrelacionadas.

E, particularmente, seja o nosso País objeto de estudos especiais, com vistas à definição de uma política nacional de população que não implique em simples e maciça implantação de medidas da redução da natalidade, mas o estudo global de novas condições de desenvolvimento.

Por que os países subdesenvolvidos somente podem aspirar realisticamente a moderados níveis de desenvolvimento econômico e social, como parece sugerir o conferencista Professor Henrique Levy?

Há um desafio lançado aos cientistas sociais dos países subdesenvolvidos, cujo desenvolvimento econômico deverá ser planejado e executado com justiça; no nosso caso, para aqueles milhões de brasileiros que teimamos em rejeitar e em não querer reconhecer como participantes do Brasil que, dizem, é feito por todos nós.